




CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente Câmara

(Pedro Pimpão)

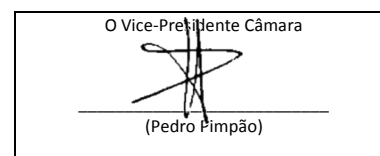
CONCURSO PÚBLICO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO E CORREÇÃO DE CARTOGRAFIA NUMÉRICA VETORIAL À ESCALA 1:10 000 DO CONCELHO DE LOULÉ E RESPETIVA HOMOLOGAÇÃO

CADERNO DE ENCARGOS



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS

ARTIGO 1º

OBJETO

1.1- O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato que tem como objeto a “Atualização e Correção de Cartografia Numérica Vetorial à escala 1:10 000 do concelho de Loulé e respetiva homologação”, da Câmara Municipal de Loulé com sede na Praça da República, 8104-001 Loulé. Este abrange uma área aproximada de 80 229 ha (oitenta mil duzentos e vinte e nove hectares), que se distribuem por 35 (trinta e cinco) folhas conforme esquema constante do Anexo 1 – Cláusulas Técnicas.

1.2- A cartografia numérica vetorial (MNT) será objeto de homologação pela Direção-Geral do Território (DGT), ficando a cargo do adjudicatário a instrução, acompanhamento e respetivos custos.

1.3- Os serviços referidos no ponto 1.1 correspondem à “**ATUALIZAÇÃO E CORREÇÃO DE CARTOGRAFIA NUMÉRICA VETORIAL À ESCALA 1:10 000 DO CONCELHO DE LOULÉ E RESPETIVA HOMOLOGAÇÃO**”, e cumprirão com as Cláusulas Técnicas constantes da PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS, do presente Caderno de Encargos.

ARTIGO 2º

CONTRATO

2.1- O contrato a celebrar é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2.2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos e respetivos Anexos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2.3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

2.4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2.2 e o clausulado do contrato e seus anexos prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente Câmara

 (Pedro Pimpão)

2.5- Qualquer eventual alteração das cláusulas contratuais só produzirá efeitos, após acordo das partes contratantes, cumpridas que sejam as devidas formalidades legais.

ARTIGO 3º

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1- O prazo de execução terá a duração de 9 (nove) meses.

3.2- O prazo de execução contar-se-á a partir do primeiro dia útil seguinte ao da assinatura do contrato.

3.3- O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 12 (doze) meses e até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições previstos na PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS deste Caderno de Encargos e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

3.4- O prazo previsto no número anterior pode ser prorrogado por iniciativa da Câmara Municipal de Loulé, ou a requerimento do prestador de serviços devidamente fundamentado.

3.5- Sempre que ocorra suspensão da execução do trabalho por motivos de força maior, não imputáveis ao adjudicatário e desde que do facto seja dado conhecimento à entidade adjudicante nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes à ocorrência, o prazo de execução considerar-se-á automaticamente prorrogado, por período igual ao da suspensão.

ARTIGO 4º

PREÇO E PLANO DE PAGAMENTOS

4.1- Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Loulé, deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

4.2- O preço contratual inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente, todas as deslocações para a prestação de assistência técnica, esclarecimentos e trabalhos de campo ou outros serviços enquadrados na execução dos trabalhos.

4.3- Pelo presente contrato, de acordo com as condições previstas no Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Loulé, dispõe-se a pagar até um limite máximo de 145.000,00 € (cento e quarenta e cinco mil euros) acrescido de IVA, à taxa legal em vigor.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente Câmara

 (Pedro Pimpão)

4.4- O pagamento será efetuado contra a apresentação de faturas ou documentos equivalentes de acordo com o definido no Plano de Pagamentos apresentado no ponto 4.5.

4.5- O Plano de Pagamentos deverá guiar-se pela conclusão dos trabalhos comunicados à entidade adjudicante respeitante às fases seguintes e respetivas percentagens de pagamento:

FASE	DESIGNAÇÃO	VALOR CONTRATUAL
1	Triangulação aérea (respetivos ficheiros e relatório)	15%
2	Após validação de 6 folhas completas do Modelo Numérico Altimétrico	15%
3	Após validação de 6 folhas completas do Modelo Numérico Topográfico	15%
4	Após validação de 10 folhas completas do Modelo Numérico Topográfico	15%
5	Após aceitação das restantes folhas e dos produtos finais	10%
6	Após homologação da cartografia vetorial pela DGT	30%

4.6- As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos do disposto no número anterior, são pagas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

4.7- Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4.8- Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no número anterior, as faturas são pagas através de transferência bancária, para número de identificação bancário e instituição de crédito indicada pelo adjudicatário ou cheque.

4.9- No prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data da comunicação da receção definitiva dos trabalhos, o adjudicatário entregará à entidade adjudicante todos os dados recolhidos, gerados e processados, no campo e em gabinete, bem como todos os produtos intermédios e finais, resultantes da execução do contrato que não tenham sido entregues ao longo da respetiva execução.

4.10- Os trabalhos inerentes a cada uma das fases identificadas no quadro constante do ponto 4.5 só podem ser faturados por fase, após a conclusão e receção dos mesmos, e serão pagos nos termos da lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente Câmara

 (Pedro Pimpão)

4.11- Os trabalhos inerentes ao último pagamento – Após homologação da cartografia vetorial pela DGT, só podem ser faturados, na percentagem de 30% do montante global da adjudicação, após a entidade adjudicante confirmar que a informação geográfica foi homologada pela DGT e será paga nos termos legais.

ARTIGO 5º

PROPRIEDADE

5.1- Após a entidade adjudicante efetivar os pagamentos que lhe competem ao adjudicatário, o trabalho resultante do contrato, em todas as peças escritas, desenhadas e de imagem, intermédias ou finais, em forma analógica ou digital, e para todos os efeitos que entenda, salvaguardados os direitos de autor, constituirá propriedade exclusiva da mesma, não podendo por isso ser utilizado ou cedido a terceiros pelo adjudicatário.

ARTIGO 6º

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

6.1- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, constituem obrigações principais do adjudicatário as seguintes:

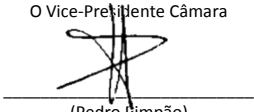
- (a) Participação nas reuniões de trabalho em qualquer altura de vigência do contrato e sempre que necessário;
- (b) Proceder à apresentação dos trabalhos em cada uma das fases da sua execução, em conformidade com a metodologia prevista no contrato;
- (c) O adjudicatário entregará ainda à entidade adjudicante todos os suportes documentais adequados à ótima compreensão de todo o trabalho realizado no âmbito da prestação de serviços, sendo ainda obrigado a fornecer todos os elementos adicionais e complementares considerados pertinentes no prazo de 5 (cinco) dias a contar da sua solicitação;
- (d) A entidade adjudicante poderá proceder à reprodução de todos os documentos referidos no número anterior;
- (e) Todos os documentos e relatórios devem ser fornecidos em formato digital;
- (f) Todos os documentos e relatórios devem conter o logótipo da entidade adjudicante.

6.2- Incumbirá ao adjudicatário participar nas reuniões de trabalho, por intermédio do respetivo responsável técnico pela execução dos trabalhos ou representante por ele designado, a realizar nas instalações da entidade adjudicante ou em local a designar pela mesma, em qualquer altura de vigência do contrato e sempre que necessário.

6.3- Os resultados dos trabalhos objeto do contrato serão entregues na Câmara Municipal de Loulé com sede na Praça da República, 8104-001 Loulé., entre as 9h00 - 13h00 e as 14h00 – 17h00.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente Câmara

 (Pedro Pimpão)

6.4- O prestador de serviços ficará ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução do contrato.

ARTIGO 7º

REGIME DE PENALIDADES

7.1- Se o adjudicatário não concluir os trabalhos dentro dos prazos contratualmente estabelecidos, acrescidos de prorrogações graciosas e/ou legais, ser-lhe-á aplicada, até ao fim dos trabalhos ou à rescisão do contrato, a multa diária de 0,5% do valor global do trabalho.

7.2- Excedido o prazo do contrato, em mais um terço, a Câmara Municipal de Loulé pode rescindir o contrato sem mais formalidades. Caso não queira usar deste direito, o adjudicatário fica obrigado a prosseguir com a execução dos trabalhos até à sua conclusão nas devidas condições, pagando as multas correspondentes referidas anteriormente.

7.3- A importância correspondente às multas que forem devidas será deduzida, sem mais formalidades, nas faturas.

7.4- A não comparência do adjudicatário nas reuniões sem a devida justificação constitui falta reiterada às suas obrigações contratuais para efeitos de rescisão de contrato.

7.5- Para além dos motivos definidos na legislação, são motivo de rescisão do contrato por parte da entidade adjudicante:

7.5.1. Incumprimento do prazo para início dos trabalhos;

7.5.2. Recusa, por parte do adjudicatário, de cumprimento das instruções que lhe forem dadas no sentido do cumprimento do caderno de encargos ou do plano de trabalhos;

7.5.3. Quando os trabalhos tiverem sido subcontratados, total ou parcialmente, sem prévia autorização da entidade adjudicante;

7.5.4. Reiterada inobservância das disposições contratuais ou do caderno de encargos, ou má-fé do adjudicatário;

7.5.5. O direito de resolução exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

7.6- A importância correspondente à aplicação das multas que forem devidas será deduzida sem mais formalidades, nas faturas ainda não liquidadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente Câmara

 (Pedro Pimpão)

ARTIGO 8º

RESCISÃO DO CONTRATO

8.1- O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

8.2- Para efeitos do disposto na alínea anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na entrega da prestação de serviços por período superior a 60 (sessenta) dias úteis.

8.3- Findo o limite máximo de um terço do prazo do contrato, a entidade adjudicante reserva-se o direito de optar pela rescisão do contrato sem mais formalidades recorrendo ao pagamento de eventuais indemnizações pelos prejuízos causados, incluindo o custo pelo recurso a outros prestadores, por parte da entidade adjudicante, imputando ao adjudicatário os custos havidos pelo seu incumprimento. Caso a entidade adjudicante não queira fazer-se valer desse direito, o adjudicatário fica obrigado a prosseguir a execução dos trabalhos até à sua conclusão nas devidas condições, pagando a multa indicada em 7.1.

8.4- Para além dos motivos definidos na legislação, e dos mencionados nos pontos anteriores, a entidade adjudicante poderá ainda rescindir o contrato pelos seguintes motivos:

- a) Quando não se verificar o início dos trabalhos no prazo contratualmente fixado;
- b) Quando o adjudicatário não der aos trabalhos o necessário andamento para poderem ser concluídos dentro do prazo fixado;
- c) Quando os trabalhos tiverem sido subadjudicados, total ou parcialmente, sem prévia autorização da entidade adjudicante;
- d) Quando o adjudicatário descuidar a manutenção da boa ordem nos trabalhos;
- e) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições contratuais ou do Caderno de Encargos, ou má-fé do adjudicatário.

ARTIGO 9º

SIGILO

9.1- O adjudicatário garantirá o sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relacionados com a atividade da entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

9.2- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo bem como todos os elementos recolhidos e processados, no campo e em gabinete, no âmbito da execução do trabalho objeto do contrato, são propriedade exclusiva da entidade adjudicante, não podendo ser utilizados para qualquer outro fim, nem cedidos a terceiros, sem autorização desta reduzida a escrito.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente Câmara

 (Pedro Pimpão)

9.3- O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

ARTIGO 10º

CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

10.1- O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.

10.2- Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:

- (a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
- (b) A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no art.º 55.º, do CCP e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.

10.3- A cessão da posição contratual e subcontratação pelo cocontratante no contrato, bem como no decurso da execução do contrato, carecem de autorização do contraente público, a Câmara Municipal de Loulé, no quadro dos limites e termos previstos, designadamente, nos artigos 316.º a 323.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 11º

CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

11.1- Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

11.2- Verificados os requisitos previstos no número anterior, podem constituir casos de força maior, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

Não constituem força maior, designadamente:

- (a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- (b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente Câmara

 (Pedro Pimpão)

- (c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- (d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- (e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- (f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- (g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

11.3- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

11.4- Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.

11.5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

11.6- Sem prejuízo do disposto no número 11.1, da presente cláusula, caso a impossibilidade de execução do contrato, em resultado de caso de força maior, se prolongue por um período contínuo superior a 3 (três) meses, no caso da entidade adjudicante, ou de 1 (um) mês no caso do adjudicatário, qualquer das partes pode proceder à respetiva resolução, a exercer através dos meios previstos na alínea c) do artigo 330.^a do CCP.

ARTIGO 12º

ENCARGOS DO ADJUDICATÁRIO

12.1- São inteiramente da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento e na execução da prestação de serviços, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

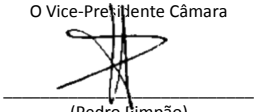
12.2- São inteiramente da responsabilidade do adjudicatário os custos de homologação;

12.3- Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

12.4- São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer prejuízos causados pelo seu incumprimento do contrato e também os causados por si, ou pelo seu pessoal, à entidade adjudicante ou a terceiros, durante a execução dos trabalhos.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente Câmara

(Pedro Pimpão)

12.5- Pelas multas e indemnizações a pagar pelos prejuízos causados respondem, em primeiro lugar, as importâncias que o adjudicatário tenha a receber, em segundo lugar, os depósitos de garantia e, finalmente, os restantes bens do adjudicatário.

ARTIGO 13º

DEVER DE INFORMAÇÃO

13.1- Qualquer uma das partes deve informar a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com a boa-fé e no prazo de 10 (dez) dias a contar do respetivo conhecimento.

13.2- Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

ARTIGO 14º

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

14.1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

14.2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

14.3- À data das notificações e comunicações é aplicável o artigo 469.º do CCP.

ARTIGO 15º

CONTAGEM DOS PRAZOS

15.1- Salvo diferente menção expressa, os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em Sábados, Domingos e dias feriados.

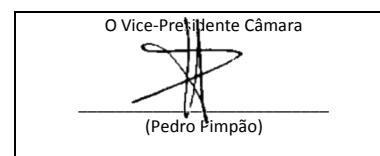
ARTIGO 16º

FORO COMPETENTE

16.1- Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé com a expressa renúncia a qualquer outro.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



ARTIGO 17º

PREÇO BASE

17.1- O preço base do procedimento é **€ 145.000,00** (cento e quarenta e cinco mil euros).

ARTIGO 18º

PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

18.1- O preço ou o custo de uma proposta é considerado anormalmente baixo, quando este for 30% inferior à média dos preços apresentados nas propostas admitidas.

ARTIGO 19º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

19.1- Em tudo o omissso no presente Caderno de Encargos e seus Anexos, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, e demais legislação subsidiária, bem como na Lei Portuguesa.

ARTIGO 20º

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

20.1- Para acompanhamento da execução do contrato, o adjudicatário fica obrigado a realizar reuniões de coordenação com os responsáveis da Câmara Municipal de Loulé, sob convocatória da Câmara Municipal de Loulé.

20.2- A Câmara Municipal de Loulé, ou qualquer entidade por ela designada para efeitos de fiscalização, pode inspecionar o trabalho em curso em qualquer altura e pode exigir relatórios escritos com as técnicas, equipamentos e pessoal empregues no projeto. Assim poderá:

20.2.1. Acompanhar a execução dos trabalhos nas instalações do adjudicatário e nos locais de realização dos trabalhos de campo;

20.2.2. Solicitar em qualquer momento, ao diretor técnico e, na presença deste ou com o seu conhecimento, aos demais técnicos envolvidos, os elementos e os esclarecimentos que julgar convenientes para a compreensão do estado de execução dos trabalhos e das características dos dados e produtos resultantes;

20.2.3. Com a mesma finalidade, recolher em qualquer momento, amostras dos dados obtidos e processados, no campo e em gabinete, bem como todos os produtos intermédios e finais resultantes da execução do contrato;

20.2.4. Produzir orientações e prestar esclarecimentos técnicos conducentes à correção das anomalias ou erros verificados durante as ações de verificação dos dados e produtos e de acompanhamento dos trabalhos.

20.2.5. Para permitir o bom exercício dos poderes de fiscalização da Câmara Municipal de Loulé, o adjudicatário obriga-se a:



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente Câmara

 (Pedro Pimpão)

20.2.5.1 Manter a Câmara Municipal de Loulé permanentemente informada dos locais onde se realizam os trabalhos de campo ou de gabinete e dos nomes dos seus operadores, instruindo o pessoal no sentido de prestar todos os esclarecimentos solicitados;

20.2.5.2 Alertar imediatamente a Câmara Municipal de Loulé para qualquer facto ou evento que possa afetar a fiscalização dos trabalhos nas suas instalações ou no campo;

20.2.5.3 Proporcionar nas suas instalações um local onde a fiscalização possa trabalhar sobre documentos escritos e instalar e operar um equipamento informático próprio, quando tal lhe for solicitado pela Câmara Municipal de Loulé.

20.3- O adjudicatário obriga-se a que o diretor técnico superintenda e acompanhe regularmente a execução dos trabalhos, em gabinete e no campo, se mantenha permanentemente informado sobre o estado da sua execução e sobre os aspetos técnicos com ela relacionados, esteja presente durante as ações da fiscalização e preste todos os esclarecimentos por esta requeridos sobre a execução técnica do contrato.

20.4- No caso das empresas nacionais de outro Estado membro da União Europeia, ou se houver lugar a subcontratação de trabalhos com empresas localizadas fora do território nacional, o adjudicatário obriga-se a criar, relativamente aos trabalhos efetuados nas respetivas instalações, todas as condições para o normal exercício dos poderes de fiscalização, sem mais encargos para a Câmara Municipal de Loulé e sem que tal afete de forma inaceitável o tempo normalmente necessário a esse exercício.

20.5- Das ações da fiscalização será lavrado auto, datado e assinado pelo coordenador da fiscalização e pelo diretor técnico dos trabalhos.

20.6- O adjudicatário obriga-se a corrigir prontamente os erros e anomalias identificados durante as ações de fiscalização, de acordo com as orientações ou esclarecimentos da fiscalização, e dentro dos prazos fixados.


20.7- O período durante o qual o adjudicatário realiza as correções devidas não suspende os prazos em curso, designadamente o prazo para entrega dos trabalhos.

ARTIGO 21º

DIRECÇÃO E EQUIPA TÉCNICA

21.1- O adjudicatário obriga-se, sob reserva de aceitação da Entidade Adjudicante, a confiar a direcção técnica dos trabalhos a um Engenheiro Geógrafo com a qualificação profissional de E2 da Ordem dos Engenheiros ou a um Engenheiro Técnico Geográfico/Topográfico com a qualificação profissional de especialista da Ordem dos Engenheiros Técnicos. Tratando-se de empresa estrangeira, deverá esta obter junto das Ordens Profissionais referidas, entidades regulamentadoras da respetiva profissão, a equivalência dos seus técnicos para o exercício das tarefas associadas à execução do presente projeto.

O Vice-Presidente Câmara



(Pedro Pimpão)



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

21.2- A Entidade Adjudicante reserva-se o direito de impor o afastamento do pessoal que entenda não possuir a aptidão e probidade profissionais necessárias à boa execução do trabalho ou cuja postura, no decurso dos mesmos, não seja disciplinada e correta.

21.3- A Entidade Adjudicante poderá impor a substituição do Diretor Técnico quando este, de forma reiterada, falte ao cumprimento das suas obrigações ou demonstre falta de conhecimento das especificações técnicas do caderno de encargos, de que resulte prejuízo para o bom e atempado cumprimento das obrigações do adjudicatário.

21.4- No caso previsto no número anterior, a Entidade Adjudicante reserva-se ainda o direito de transmitir os factos ocorridos às entidades competentes para atribuição do referido título profissional.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente Câmara

 (Pedro Pimpão)

PARTE II- CLÁUSULAS TÉCNICAS

1. OBJETO

- 1.1 Estas especificações técnicas respeitam à atualização de Cartografia Numérica Vetorial, relativas ao concurso designado por **“Atualização e Correção de Cartografia Numérica Vetorial à escala 1:10 000 do concelho de Loulé e respetiva homologação”**, da Câmara Municipal de Loulé com sede na Praça da República, 8104-001 Loulé.
- 1.2 As especificações técnicas a cumprir são as que constam de seguida denominadas PARTE II-A e da PARTE II-B - **“NORMAS TÉCNICAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO”**, acompanhadas dos seus anexos A, B, C, E, e F, que fazem parte integrante do presente caderno de encargos para **“Atualização e correção de Cartografia Numérica Vetorial à escala 1:10 000 do concelho de Loulé e respetiva homologação”**, compreendidos no âmbito da prestação de serviços objeto do contrato.
- 1.3 Para todos os efeitos, entende-se por atualização da cartografia numérica vetorial, a elaboração da cartografia de raiz (um novo produto cartográfico), podendo o adjudicatário, se assim o entender, solicitar a cedência dos dados da cartografia 1:10000 existente no município de Loulé para apoio na elaboração dos trabalhos em causa. A cartografia 1:10000 existente no município de Loulé, resulta de um projeto cartográfico, de 2005, com um sistema de coordenadas diferente do sistema PT-TM06/ETRS89, pelo que se aconselha uma utilização prudente dos dados em causa, sendo admitida a utilização desta cartografia como apoio à realização dos trabalhos aqui propostos. Contudo, a sua utilização não pode ser evocada, pelo adjudicatário, como justificação para eventuais desconformidades nos produtos a entregar no âmbito da presente prestação de serviços.
- 1.4 São da responsabilidade do adjudicatário todas as correções a efetuar à cartografia até que esta seja homologada.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS

2.1 Área a cartografar

Área a cartografar à escala 1:10 000:

- a) É a área geográfica delimitada no cartograma do Anexo 1 ao presente Caderno de Encargos; A área a cartografar deverá estender-se 200 metros para lá do limite da CAOP (Carta Administrativa Oficial de Portugal) em vigor.
- b) Tem a dimensão aproximada de 80 229 ha (oitenta mil duzentos e vinte e nove hectares), que se distribuem por 35 (trinta e cinco) folhas, conforme esquema constante do Anexo A.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente Câmara

 (Pedro Pimpão)

2.2 Produtos Intermédios e Finais

1 - Os produtos intermédios e finais dos trabalhos compreendidos na prestação de serviços objeto do contrato serão os que se encontram enumerados na PARTE II-B - “NORMAS TÉCNICAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO”, a considerar de acordo com o objetivo dos trabalhos a realizar, salvo o que for especificado em contrário nesta PARTE II-A.

2 - De todos os trabalhos terá de ser entregue relatório detalhado, assinado pelo responsável técnico pela execução dos trabalhos.

3 - Os produtos finais e intermédios, em modo numérico, serão entregues pelo adjudicatário à Câmara Municipal de Loulé, em CD-ROM ou DVD em que:

- a) Na face do suporte se indique:
- i. Câmara Municipal de Loulé;
 - ii. Adjudicatário;
 - iii. Designação do trabalho;
 - iv. Data da entrega;
 - v. Nº do volume/Nº total de volumes da entrega.

b) Na embalagem desse suporte:

- i. Câmara Municipal de Loulé;
- ii. Adjudicatário;
- iii. Designação do trabalho;
- iv. Data da entrega;
- v. Nº do volume/Nº total de volumes da entrega;
- vi. Conteúdo.

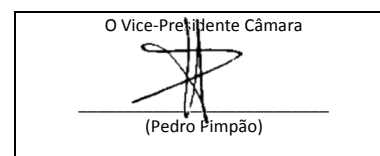
2.3 Lista dos Elementos a Fornecer pela Câmara Municipal de Loulé

1 - Serão fornecidos pela entidade adjudicante à entidade adjudicatária os seguintes elementos:

- i. Cobertura aerofotográfica digital executada pela DGT, composta por imagens do ano de 2018, com as seguintes características:
 - Câmara: Ultracam da Vexcel;
 - Altura de Voo: aproximadamente 5 800 m;
 - Sobreposição longitudinal: aproximadamente 60 %;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



- Sobreposição lateral: aproximadamente 25 %;
- Formato das imagens: Tiff.

ii. Bibliotecas de símbolos, tabelas de cores, ficheiros tipo, etc.

2 - A cedência da informação numérica mencionada será feita com base no suporte de transferência a acordar entre a Câmara Municipal de Loulé e o adjudicatário.

2.4 Execução Técnica dos Trabalhos

2.4.1 Execução de cartografia vetorial

O adjudicatário executará, nas condições estipuladas nas PARTES II-A e II-B das Cláusulas Técnicas deste Caderno de Encargos e Anexos, os trabalhos em concurso, ordenados nas seguintes fases:

- 1 - Apoio Fotogramétrico;
- 2 - Triangulação Aérea;
- 3 - Geração do Modelo Numérico Altimétrico do Terreno (adiante designado por MNA) para toda a área a cartografar e seccionado por folha;
- 4 - Geração, em modo numérico vetorial, do Modelo Numérico Topográfico (adiante designado por MNT) de cada folha da área a atualizar, com execução das correções das anomalias que a cartografia a atualizar possa apresentar no seu todo, e sem as respetivas saídas gráficas.
- 5 - Conversão do MNT no formato DWG para o formato shapefile para integração em SIG.
- 6 - Instrução, requerimento e acompanhamento do processo de homologação da cartografia (MNT) junto da Direção-Geral do Território. Os custos de homologação serão suportados pelo adjudicatário.

2.4.2 Metodologias e técnicas a utilizar

O adjudicatário apresentará obrigatoriamente na sua proposta uma descrição detalhada das metodologias e técnicas referidas no número anterior.

2.4.3 Ligações entre as várias folhas

O adjudicatário efetuará as ligações planimétricas, altimétricas, gráficas e do conteúdo cartográfico entre todas as folhas atualizadas, bem como entre quaisquer dessas folhas e outras folhas de cartografia adjacente já existente que lhe sejam cedidas para o efeito.

2.5 Qualidade Técnica dos Trabalhos

Os requisitos de qualidade dos produtos intermédios e finais e regras de qualidade a observar na execução técnica das fases a que se refere o número 2.4 são indicadas na PARTE II-B - “NORMAS TÉCNICAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO”, acompanhadas dos seus anexos A, B, C, E, e F.


2.6 Suporte lógico a utilizar

Os suportes lógicos a utilizar na execução dos trabalhos serão obrigatoriamente indicados pelo adjudicatário,



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente Câmara



(Pedro Pimpão)

sendo que os produtos finais e intermédios terão de ser entregues à Câmara Municipal de Loulé no formato AutoCAD DWG (DWG)¹ e SIG - Shapefile (SHP)².

2.7 Elementos a entregar

1- Além dos produtos intermédios e finais considerados no ponto 2.2 e na PARTE II-B - “NORMAS TÉCNICAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO”, acompanhadas dos seus anexos A, B, C, E, e F, o adjudicatário entregará um relatório, devidamente datado e assinado pelo Diretor Técnico dos trabalhos, com a descrição pormenorizada da execução de cada fase do trabalho, com destaque para a indicação:

- a) Da entidade executante;
- b) Da data de início e fim da fase;
- c) Dos operadores intervenientes;
- d) Da informação exógena eventualmente utilizada;
- e) De eventuais dificuldades que possam ter ocorrido e o modo como foram superadas;
- f) Da metodologia de avaliação da qualidade dos resultados dessa fase, com apresentação dos valores obtidos.

2- Toda a informação deverá ser entregue no sistema de referência ETRS89/PT-TM06 (EPSG:3763), em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 141/2014, de 19 de setembro.

2.8 Receção provisória

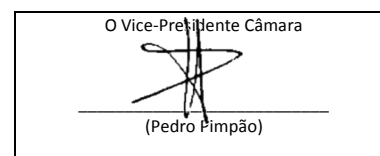
- 1- Após entrega, pelo adjudicatário, de todos os elementos respeitantes a cada fase ou parte do trabalho definida pelo Plano de Trabalhos, acompanhado da respetiva guia, serão os mesmos sumariamente analisados a fim de se verificar se se encontram em condições de serem recebidos provisoriamente.
- 2- Verificando-se estarem os trabalhos em condições de serem recebidos provisoriamente, o adjudicatário deverá submeter a cartografia vetorial (MNT) a homologação pela Direção-Geral do Território (DGT) segundo os “Procedimentos para Homologação” constantes da página da Internet dessa instituição e suportando as taxas inerentes ao processo.
- 3- Até à concessão da homologação todas as correções a efetuar indicadas pela DGT devem verificar-se para todo o conjunto de dados cartográficos e não apenas para os pontos indicados nas amostras que a DGT avaliou.
- 4- Os tempos necessários para a concretização das correções a executar para efeitos da obtenção da homologação serão contabilizados nos prazos parciais ou globais considerados na proposta.

¹ Os ficheiros em formato DWG deverão ter a informação desagregada, havendo lugar à replicação de elementos, tendo cada objeto representado apenas uma função. Os “Layers” a utilizar no formato DWG, terão de ter o nome igual ao que consta no catálogo de objetos da DGT para o formato DWG, as restantes características gráficas dos elementos devem ser mantidas de acordo com o especificado no referido catálogo de objetos, assim como a sua representação gráfica.

² A transformação do MNT para shapefile deverá ter em conta que o objetivo final é a sua integração em SIG, pelo que deverá ter em conta os aspetos de topologia, atributos alfanuméricos, estruturação da informação para cada domínio cartográfico definido no catálogo de objetos.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



2.9 Receção definitiva


- 1- A receção definitiva ocorrerá após a entrega dos dados cartográficos devidamente homologados e com a realização de eventuais correções indicadas pela DGT.
- 2- Os tempos necessários para a execução das correções a executar após homologação para efeitos de receção definitiva serão contabilizados nos prazos parciais ou globais considerados na proposta.
- 3- Após a receção definitiva serão as cauções libertadas na proporção correspondente ao valor do trabalho recebido.
- 4- O adjudicatário garantirá pelos períodos abaixo indicados, contados da data da receção definitiva:
 - a) A correção de todas as deficiências que, mesmo após a homologação e a receção definitiva, venham a ser identificadas pela Câmara Municipal de Loulé ou pela DGT até um prazo de 2 (dois) anos.
 - b) A qualidade dos materiais utilizados para a informação analógica – 2 (dois) anos;
 - c) A qualidade dos materiais utilizados para a informação digital – 5 (cinco) anos.

2.10 Meios Humanos e Técnicos. Fiscalização

- 1 – O adjudicatário deve empregar, no projeto, pessoal técnico experiente e em quantidade adequada nas diferentes tarefas a executar e deve usar técnicas, equipamentos e materiais que sejam capazes de garantir as precisões e requisitos especificados na PARTE II-B - “NORMAS TÉCNICAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO”, acompanhadas dos seus anexos A, B, C, E, e F.
- 2 - A Câmara Municipal de Loulé, ou quem ela credenciar para o efeito, poderá inspecionar o trabalho em curso em qualquer altura e pode exigir relatórios escritos com as técnicas, equipamentos e pessoal técnico empregues no projeto.
- 3 - O adjudicatário obriga-se, sob reserva de aceitação da Câmara Municipal de Loulé, a confiar a direção técnica dos trabalhos a um Engenheiro Geógrafo com a qualificação profissional de E2 da Ordem dos Engenheiros ou a um Engenheiro Técnico Geográfico/Topográfico com a qualificação profissional de especialista da Ordem dos Engenheiros Técnicos. Tratando-se de empresa estrangeira, deverá esta obter junto das Ordens Profissionais referidas, entidades regulamentadoras da respetiva profissão, a equivalência dos seus técnicos para o exercício das tarefas associadas à execução do presente projeto.
- 4 - À Câmara Municipal de Loulé reserva-se o direito de impor o afastamento do pessoal que entenda não



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente Câmara

(Pedro Pimpão)

possuir a aptidão e probidade profissionais necessárias à boa execução do trabalho ou cuja postura, no decurso dos mesmos, não seja disciplinada e correta.

5 - A Câmara Municipal de Loulé poderá impor a substituição do Diretor Técnico quando este, de forma reiterada, falte ao cumprimento das suas obrigações ou demonstre falta de conhecimento das especificações técnicas do caderno de encargos, de que resulte prejuízo para o bom e atempado cumprimento das obrigações do adjudicatário.

6 - No caso previsto no número anterior, à Câmara Municipal de Loulé reserva-se ainda o direito de transmitir os factos ocorridos às entidades competentes para atribuição do referido título profissional.